



CLIPPING



9 DE JULHO
DE 2021

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> ATACADÃO IMPASSE

O prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, participou de encontro com representantes do Grupo Atacadão, ligado ao Carrefour. Na pauta, o empreendimento que a empresa quer abrir no Arsenal. O problema é que há um impasse em torno do gabarito da obra. A lei municipal permite construções na área de até sete metros. O prédio do Atacadão estaria com 12,7 metros. "Como prefeito, arquiteto e urbanista tenho que seguir as leis municipais, o Estatuto das Cidades e a Constituição", escreveu o prefeito em suas redes sociais ao responder a críticas de que o município estaria emperrando a geração de empregos.

JUSTIÇA

Edmilson escreveu também que "Belém agradece a todos os empreendimentos que venham gerar emprego", mas que não pode desrespeitar a lei. "Agora, está nas mãos da Justiça decidir. O juiz decidirá, e nós iremos obedecer ao que for determinado", garantiu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SUDESTE PARAENSE

Polícia Civil faz apreensão e fecha servidores ilegais de streaming em Parauapebas

09 JUL 2021 - 09H01 | ATUALIZADO 09 JUL 2021 - 09H55 | Compartilhar 4



Na última quinta-feira, 8, a Polícia Civil do Pará, deflagrou a "Operação 404" no município de Parauapebas, no sudeste paraense. A operação atua na repressão a crimes praticados na internet contra a propriedade intelectual. A ação faz parte de uma mobilização internacional coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícias Cíveis e Agências de Aplicação da Lei dos Estados Unidos e Reino Unido e [envolveu nove estados brasileiros](#).

Em Parauapebas, foram cumpridos, por determinação judicial, dois mandados de busca e apreensão, bloqueio e/ou suspensão de sites e aplicativos de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

streaming ilegal de conteúdo, desindexação de conteúdo em mecanismos de busca e remoção de perfis e páginas em redes sociais.

De acordo com as investigações, os alvos abasteciam aplicativos e sites que colocavam músicas que não tinham autorização, violando os direitos autorais. As apreensões aconteceram em bairros distintos da cidade. Pessoas envolvidas no crime foram intimadas a depor e devem responder criminalmente. Durante o cumprimento dos mandados, foram apreendidos equipamentos computacionais, sendo diversos HDs internos, que serão encaminhados à perícia para análise. As investigações continuam.

A ação integrada no combate à pirataria online está sendo deflagrada com a colaboração das embaixadas dos Estados Unidos (Homeland Security Investigations (HSI) e Departamento de Justiça) e do Reino Unido no Brasil (IPO – Intellectual Property Office e PIPCU - Police Intellectual Property Crime Unit).

De acordo com legislação brasileira, a pena para quem pratica esse crime é de reclusão de dois a quatro anos e multa (art. 184, §3º do Código Penal Brasileiro). Os investigados podem ser indiciados ainda por associação criminosa (art. 288 – CP) e lavagem de capitais (art. 1º - Lei 9.613/1998).

Com informações da Agência Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUSTIÇA

Julgamento de acusado por morte de Cleide Moraes inicia nesta sexta

O motorista acusado de estar embriagado no momento do acidente foi preso e seguida liberado, depois de realizar o pagamento de dez salários mínimos

09 JUL 2021 - 04:59 | ATUALIZADO 09 JUL 2021 - 07:46 | Compartilhar 7



Há quase um ano a voz de Cleide Moraes, a rainha da saudade era silenciada. No dia 26 de julho do ano passado, a [cantora foi morta durante um acidente de trânsito](#) quando voltava de um show em Icoaraci, e estava a caminho de Mosqueiro, quando a kombi que a cantora estava foi atingida por um carro de passeio.

O motorista do carro de passeio, acusado de estar embriagado no momento do acidente e identificado como Victor Hugo dos Reis Morais, 26 anos, foi preso e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

em seguida liberado, depois de realizar o pagamento de dez salários mínimos, no valor exato de R\$ 10.450,00 como fiança.

A filha da cantora, Brenda Moraes disse à reportagem que está organizando um ato, em frente ao Fórum de Benevides, na região metropolitana de Belém, onde será realizado o julgamento, nesta sexta-feira, 9, para evitar que a justiça não seja feita “Não deixem esse caso cair no esquecimento, minha mãe nunca vai voltar... é uma dor insuportável” desabafou.

Após o acusado ter aparecido sem advogados na última audiência, no dia 19 de maio, alegando que um dos seus defensores jurídicos havia contraído covid-19. A juíza Edilene de Jesus Barros Soares não teve outra alternativa se não remarcar o julgamento, para esta sexta, 9 de julho. Desta vez, caso Victor Hugo não se apresente com um advogado, será designado um profissional da defensoria pública para fazer a defesa do acusado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUSTIÇA

Operação contra pirataria cumpre mandados judiciais no Pará e mais oito estados

08 JUL 2021 - 18H03 | ATUALIZADO 08 JUL 2021 - 18H06 | Compartilhar 0



Pelo menos duas pessoas foram presas durante a operação policial contra a pirataria realizada hoje, 8, em nove estados: Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul informou que um dos alvos da operação, um homem de 28 anos cuja identidade não foi revelada, foi detido em flagrante, em Alvorada, na região metropolitana de Porto Alegre, quando os agentes cumpriam um dos 11 mandados judiciais de busca e apreensão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a Polícia Civil, o homem detido é suspeito de administrar vários sites nos quais compartilhava ilegalmente conteúdo digital. Em um destes sites, investigadores identificaram mais de 13 mil arquivos contendo filmes e séries disponibilizados sem autorização dos detentores dos direitos autorais.

Coordenada pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a partir de Brasília, a terceira fase da chamada Operação 404 (já realizada em 2019 e em 2020) conta com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos e do Departamento de Justiça do Reino Unido. Há pouco, o ministério informou que mais uma pessoa foi presa em Ferraz de Vasconcelos, no interior de São Paulo.

Em nota, o ministério informou que os 11 mandados de busca e apreensão concedidos pelo Poder Judiciário já tinham sido cumpridos até o início desta tarde. Além disso, com autorização judicial, 334 sites investigados, além de 94 aplicativos de compartilhamento de conteúdos digitais, foram bloqueados, suspensos ou removidos de mecanismos de buscas.

Também em nota, a Polícia Civil do Maranhão confirmou que cumpriu dois mandados de busca e apreensão em residências de São Luís e de São José de Ribamar, na região metropolitana da capital do estado. Em Mato Grosso do Sul, agentes do Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (Dracco) cumpriram dois mandados de busca e apreensão em residências da capital, Campo Grande, onde foram apreendidos computadores e material de informática.

Balanço comparativo divulgado pelo ministério em 2019 mostra que 30 mandados de busca e apreensão foram cumpridos em 12 estados no âmbito da primeira Operação 404. Em 2020, 25 mandados judiciais foram executados em dez unidades da federação. Na primeira edição, 210 sites e 100 aplicativos acabaram suspensos, enquanto, na segunda, foram tirados da rede mundial de computadores 252 sites e 65 aplicativos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Se condenados, os investigados podem responder pela prática de crime contra a propriedade intelectual (pirataria), cuja pena pode variar de dois a quatro anos de prisão, mais multa; associação criminosa e lavagem de capitais.

De acordo com o coordenador do Laboratório de Operações Cibernéticas da Seopi, Alesandro Barreto, cerca de 80% dos sites investigados recebiam dinheiro por veicular anúncios publicitários atraídos pela audiência. Os demais sites 20% cobravam pelo conteúdo que ofereciam de forma ilícita.

“Quanto mais as pessoas visualizam [sites de material pirata], quantos mais cliques tiverem, mais os criminosos vão arrecadar. Por isso, a luta contra a criminalidade cibernética necessita de parcerias e compartilhamento de boas práticas, capacitação e informações relacionadas a incidentes, ataques cibernéticos e outros crimes”, disse Barreto.

O nome da operação (404) é uma alusão ao código que indica que uma página não foi encontrada na rede mundial de computadores ou está indisponível.

Fonte: Agência Brasil

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado de causar acidente que matou cantora Cleide Moraes é ouvido em audiência em Benevides

Amigos, fãs e familiares da "Rainha da Saudade" fazem ato em frente ao Fórum



O Liberal

09 07 21 08 31



Na manhã desta sexta-feira, 09, é realizada uma audiência sobre o caso da morte da cantora Cleide Moraes, no Fórum de Benevides, na região metropolitana de Belém. A artista, conhecida como **"A Rainha da Saudade"**, **morreu em 26 de julho do ano passado em acidente de trânsito na rodovia PA-391**, estrada de acesso à ilha de Mosqueiro. Victor Hugo dos Reis Morais, de 26 anos, é apontado como responsável pelo acidente, pois estava dirigindo embriagado no momento da colisão. Ele pagou fiança e responde em liberdade pelo crime de homicídio culposo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[A audiência estava marcada para o último dia 19 de maio](#), mas foi adiada porque os advogados do acusado não compareceram alegando estarem infectados pelo coronavírus. Assim como da última vez, amigos, familiares e fãs da cantora se concentram na frente do Fórum para chamar a atenção da sociedade ao caso.

"Nós clamamos por justiça. Vai se fazer um ano e não tenho essa resposta para dar para os meus familiares, para meus filhos, para nossos amigos e para os fãs da minha mãe. O caso está parado, então, estamos indo para clamar por justiça", diz Brenda Moraes, filha de Cleide e também cantora. "Só o que pedimos - eu, minha família e toda legião de fãs que minha mãe tem - é que seja feita a justiça, que o verdadeiro culpado por ter tirado a vida da minha mãe seja condenado para que possamos ter paz no coração", conta.

O caso

O acidente que vitimou Cleide Moraes aconteceu na noite do dia 26 de julho de 2020, um domingo, na rodovia PA-391, a Belém-Mosqueiro, perto do município de Santa Bárbara. A cantora havia feito um show em Icoaraci e estava a caminho de Mosqueiro, quando o veículo em que estava foi atingido pelo carro dirigido por Victor Hugo. Ela não resistiu aos ferimentos e morreu no local.

Após o acidente, o motorista Victor Hugo Moraes foi levado ao hospital e, na manhã seguinte, trazido pela Polícia Militar à Delegacia de Benevides, onde foi apresentado o TCA (termo de constatação de alcoolemia) que confirmou os sintomas de embriaguez do acusado, assim como o resultado das diligências que registraram, por meio de fotos e vídeos feitos no momento do acidente, a presença de latas de cerveja no interior do carro Hyundai HB-20, branco, que ele conduzia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dezesseis meses depois, suspeito de latrocínio é preso em Novo Repartimento

Lucas Bequiman dos Santos recebeu voz de prisão quando saía de uma quitinete alugada



O Liberal (com informações do Portal Correio de Carajás)

08.07.21 15h18



Após dezesseis meses da morte do trabalhador Antônio Marcos Valente Gonçalves, 21 anos, a Polícia Civil localizou e prendeu o principal suspeito pelo crime de latrocínio. Lucas Bequiman dos Santos saía de uma quitinete quando recebeu voz de prisão, na noite de segunda-feira (5), no município de Novo Repartimento.

A investigação apontou Lucas como um dos suspeitos pelo crime. Ele estava com mandado de prisão preventiva determinado pela Justiça de Tucuruí, onde o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

crime foi registrado. A prisão ocorreu depois que investigadores da Superintendência Regional do Lago (Tucuruí), em parceria com policiais de Novo Repartimento, receberam a informação que Lucas estaria morando em uma quitinete alugada na rua das Flores, no bairro Centro.

Segundo os investigadores, foi necessário montar uma campana por algumas horas até que o acusado saísse do imóvel. Lucas não resistiu à prisão. Ele foi encaminhado à delegacia local para procedimentos cabíveis e, em seguida, transferido para Tucuruí, onde aguardará julgamento. A polícia não divulgou informações sobre o segundo suspeito de participação no crime.

Antônio Marcos pilotava uma motocicleta pelo bairro Jardim Paraíso, em Tucuruí, quando foi perseguido e alcançado por dois homens que também estavam em uma motocicleta. De acordo com a esposa da vítima, foi possível ouvir o disparo de arma de fogo. Ferido, Antônio perdeu o controle do veículo, subiu em uma calçada e caiu ao bater no muro de uma residência. O crime ocorreu em fevereiro de 2020.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Manual e lei de combate à improbidade administrativa são recebidos pelo procurador-geral César Mattar Jr.

Documentos irão auxiliar atuação de membros e servidores do MPPA



Redação

09.07.21 10h44



O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAODPP), do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), entregou nesta semana, por meio do coordenador da unidade, o promotor de Justiça Lauro Francisco da Silva Freitas Jr, o Roteiro de Atuação Básica na Defesa do Patrimônio Público – volume I e a Lei de Improbidade Comentada ao procurador-geral de Justiça César Mattar Jr. O documento consiste na elaboração de roteiros de atuação na

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

defesa do patrimônio público, com o objetivo de auxiliar os servidores públicos nos procedimentos relacionados à improbidade administrativa e corrupção.

De acordo com o Ministério Público, o material produzido reúne conhecimento teórico acerca de instrumentos e técnicas de investigação, além de orientações práticas, organizadas por tema, para uma atuação extrajudicial resolutiva pautada nos pilares de combate à corrupção preconizados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que são: prevenção, controle e repressão.

O procurador-geral, César Mattar Jr., destaca que o roteiro vem em um momento delicado para o Ministério Público no Brasil. “O Manual de atuação carrega um simbolismo muito forte, pois neste momento o Ministério Público vive dentro do Parlamento Federal, um período de tensão absoluta, onde nossa instituição está sendo colocada à prova. Esses documentos demonstram que apesar de tudo, o MP continua a fortalecer os mecanismos de combate à improbidade. Nossa administração, assim como as outras que por aqui passaram, continua ontem, hoje, e sempre na luta para o fortalecimento do Ministério Público”, defende.

Segundo o coordenador do CAODPP, Lauro Francisco da Silva Freitas Jr, os documentos decorrem de um esforço coletivo. “O projeto foi elaborado com todo cuidado pela equipe. O material será mais um instrumento para auxiliar a atuação dos membros do Ministério Público, nas promotorias que envolvam a temática da improbidade administrativa e do patrimônio público. Fico muito feliz em poder contribuir para o fortalecimento da instituição”.

A elaboração do livro Lei de Improbidade Administrativa Comentada, de 2021, segundo o MPPA, passou por uma reformatação gráfica total, para facilitar a compreensão e a interpretação sistemática por parte do leitor, em especial de membros e servidores atuantes na área de improbidade administrativa. Também foram incluídos, como anexos, comentários jurisprudenciais de várias outras leis de interesse da defesa do patrimônio público, como, por exemplo, a lei anticorrupção empresarial e a lei ficha limpa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Participaram do ato de entrega a subprocuradora geral de Justiça Ubiragilda Pimentel, o chefe de gabinete da PGJ, Alexandre Tourinho e os promotores de Justiça auxiliares do CAODPP, Daniel Bona e Pedro Brasil e os promotores Fábria Mussi e Érika Menezes e Domingos Sávio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



AUDIÊNCIA

Acusado da morte da cantora Cleide Moraes será julgado

Com dois advogados no caso, Victor Hugo não foi acompanhado por nenhum deles na audiência, alegando que um estava infectado com Covid-19, já o outro não justificou a ausência.

quinta-feira, 08/07/2021, 11:56 - Atualizado em 08/07/2021, 11:56 - Autor: Diário Online



Família de Cleide Moraes promete se manifestar na frente do fórum de Benevides pedindo Justiça | Reprodução

Há quase um ano uma das maiores vozes paraense era silenciada. No dia 26 de julho de 2020, ela foi morta em um acidente de trânsito quando voltava de um show, Cleide Moraes, a rainha da saudade, nos deixou.

O acusado, Victor Hugo dos Reis Moraes, foi preso, mas liberado depois de pagar R\$ 10.450,00 de fiança.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na próxima sexta-feira (09), mais uma audiência irá ocorrer no Fórum de Benevides, na região metropolitana de Belém. Para evitar que a justiça não seja feita, a família da vítima promete protestar.

“A ansiedade é muito grande, não só da minha família, mas de toda a legião de fãs e amigos e companheiros de trabalho que conviviam com a minha mãe. O que todos nós queremos é que a justiça seja feita, pois houve uma morte, a perda de uma vida. Então, que o culpado por retirar essa vida seja condenado. Isso não trará minha mãe de volta, mas trará acalanto e paz para os nossos corações”, disse Brenda Moraes, filha da cantora.

- [Cleide Moraes: motorista aparece sozinho em julgamento](#)
- [Cleide Moraes, a Rainha da Saudade, morre em acidente na estrada de Mosqueiro](#)

Brenda ainda antecipou que ocorrerá uma pequena manifestação em frente ao local. “Pacificamente, como todas as outras vezes. Nos reuniremos na frente do Fórum de Benevides com blusas e cartazes, pedindo por justiça”.

EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

No primeiro julgamento, Victor Hugo apareceu sem advogados. Ele é acusado de estar embriagado no momento do acidente.

Para amanhã, a juíza Edilene de Jesus Barros Soares ordenou que Victor Hugo apresentasse em 24 horas laudos da doença dos advogados ou informe nome de um novo advogado, caso contrário, será designado um profissional da defensoria pública.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br